

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Ministro do Ambiente e Ação Climática anunciou em 2019 a intenção de o Governo construir uma nova barragem no rio Ocreza de forma a possibilitar o controlo de caudais na bacia hidrográfica do Tejo. Para tal, o Governo solicitou um estudo à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a concluir em 2020, para avaliar a viabilidade da intervenção.

Em declarações ao jornal *Público* em 23 outubro de 2020, o ministro do Ambiente e da Ação Climática revelou que a barragem “terá objetivos exclusivamente ambientais, de lançar água no Tejo em caso de estiagem, para proteger os ecossistemas” e que “há-de poder ter outros usos secundários, como a produção de eletricidade de fonte solar” ou servir de “backup para o abastecimento público naquela zona”.

Apesar das declarações do Governo, a informação a respeito da barragem no Ocreza continua a ser escassa. Desconhece-se a localização exata, os custos e os impactes ambientais associados. Também não são conhecidos todos os “outros usos secundários” que a projeto poderá possibilitar.

Um dos fatores que mais tem contribuído para a redução do caudal do Tejo e afluentes nas últimas décadas é o desvio de água para a rega de milhares de hectares de agricultura. Em menor medida, a escassez de água na bacia hidrográfica do Tejo resulta também da redução das afluências de caudal provenientes do Estado espanhol.

Como tal, é necessário um “aprofundamento” da Convenção de Albufeira para garantir caudais diários, como reconheceu o Governo nos relatórios sobre os Orçamentos do Estado para 2020 e 2021. Com o mesmo intuito, as Resoluções da Assembleia da República n.ºs 63/2019, de 15 de maio, e 28/2020, de 16 de junho, recomendaram ao Governo a revisão da Convenção de Albufeira para a fixação de caudais instantâneos mínimos e máximos que garantam o equilíbrio ambiental e ecológico da bacia hidrográfica do Tejo.

Além da necessidade de revisão da Convenção de Albufeira, é imperioso desenvolver políticas públicas para o uso racional da água, para o apoio aos sistemas de produção agrícola

extensivos, diversificados e adaptados à realidade da disponibilidade hídrica do território nacional num contexto de crise ambiental e climática.

Mas não parece ser essa a opção do Governo para a bacia hidrográfica do Tejo e para a agricultura que ali se desenvolve. No dia 27 de outubro de 2020, a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural anunciou um concurso no valor de 400 mil euros para “avaliar o potencial hídrico e hidroagrícola do Vale do Tejo e Oeste através do regadio, com a captação, armazenamento, transporte e distribuição de água, com delimitação de regiões potencialmente irrigáveis, e análise dos impactes sócio-económicos e ambientais.” Importa esclarecer se a intenção de o Governo construir uma nova barragem no rio Ocreza está relacionada com o projeto de regadio para o Vale do Tejo e Oeste.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. Está concluído o estudo da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) sobre a viabilidade da nova barragem no rio Ocreza?
 - 1.1 Em caso afirmativo, pode o Governo remeter o referido estudo a este Grupo Parlamentar?
2. Qual é a localização prevista da nova barragem projetada para o rio Ocreza?
3. Quais são os custos estimados para o projeto de construção da nova barragem?
4. Qual é a calendarização das ações para implementar o projeto de construção da nova barragem?
5. Quais são os principais impactes ambientais associados à barragem?
6. Como se relaciona a construção de uma nova barragem no rio Ocreza com o projeto de regadio para o Vale do Tejo e Oeste sobre o qual recai o estudo lançado a concurso pelo Governo a 27 de outubro de 2020?
7. No Plano Nacional de Investimentos 2030, o Governo atribui 750 milhões de euros a dois projetos/programas de regadio. Quais são esses projetos/programas?
8. Como pretende o Governo compatibilizar o objetivo comunitário de renaturalização de 25 mil quilómetros de rios até 2030 – através da remoção de barragens e açudes – com a construção de mais barreiras nos rios da bacia hidrográfica do Tejo?

Palácio de São Bento, 30 de outubro de 2020

Deputado(a)s

FABIÓLA CARDOSO(BE)

MARIA MANUEL ROLA(BE)

RICARDO VICENTE(BE)